



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES, EM CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO CONSTANTE DA PORTARIA Nº 17 DE 2014, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia 8 (oito) do mês de agosto do ano de 2014, às 8h30min, no Fórum da Comarca de Milagres, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Marcelo Roseno de Oliveira; o Juiz Substituto Douglas José da Silva, Titular da 2ª Vara da Comarca de Brejo Santo e atualmente respondendo pela da Vara Única Comarca de Milagres; o Diretor de Secretaria José Gervázio Sampaio, e demais servidores lotados na Unidade, foi declarado o início da inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epigrafados.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria.

Registrou-se, de início, que o Juiz Substituto Douglas José da Silva encontra-se em respondência pelo Juízo desde 28 de fevereiro de 2014, por força da Portaria nº 415/2014 (DJE de 28.2.14, p. 2). O Juízo registra vacância desde tal data, em razão da promoção, por merecimento, do mesmo magistrado para a 2ª Vara da Comarca de Brejo Santo (Portaria nº 378/2014, DJE de 25.2.14, p. 2). Assumira a titularidade Juízo em 5 de julho de 2013, após vacância iniciada em novembro de 2012, quando da promoção do anterior Juiz Titular, Renato Esmeraldo Paes, que foi removido para a Comarca de Missão Velha (DJE de 9.11.12, p. 3). O Juiz Substituto Douglas José da Silva desempenha, cumulativamente, as funções na 2ª Vara da Comarca de Brejo Santo (Titular), bem assim nas Comarcas de Milagres e Abaiara (Vinculada), além da titularidade da 26ª Zona Eleitoral, sediada no Município de Milagres.

A Unidade dispõe de 6 (seis) servidores efetivos, dos quais 1 (um) é ocupante do cargo de Oficial de Justiça, conforme informações lançadas no FICOVI. Informou-se a existência de 1 (um) Analista Judiciário lotado na Unidade. O Diretor de Secretaria é integrante do quadro de efetivos. Há, ainda, dois servidores requisitados junto à Prefeitura Municipal. O expediente forense ocorre entre 8:00 e 18:00. De acordo com os dados informados ao SGEN, considerado o mês de julho de 2014, a força de trabalho era a seguinte:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

14.Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	6
15. Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição:DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	0
16.Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
17.Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	2
18.Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico,informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição:ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
VII – TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE (ITEM 14 + ITEM 15 + ITEM 16+ ITEM 17 + ITEM 18)	8

Antes do início dos trabalhos, foi realizada vistoria do imóvel que abriga os serviços judiciários, os quais foram acomodados na residência oficial do Juiz desde novembro de 2011, em razão da interdição do prédio do Fórum. Conforme informado no FICOVI, há a necessidade de demolição do prédio antigo e construção de um novo, conforme projeto atualmente em curso no TJCE. As instalações atuais são fruto de adaptação do imóvel residencial, não revelando condições adequadas para o bom atendimento à população.

Esclarecidos tais pontos, o Juiz Corregedor Auxiliar passou à conferência dos dados constantes do FICOVI, iniciando o exame das ações em curso no Juízo, priorizando a análise em relação às ações referentes a réus presos, procedimentos de apuração de ato infracional, adolescentes cumprindo medida sócio-educativa, mandados de segurança, ações civis públicas, ações de improbidade administrativa, ações de competência do Tribunal do Júri, execuções penais e cartas precatórias. Por amostragem, foram analisadas as ações que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s) crianças e adolescentes.

Foi examinada e despachada razoável quantidade de feitos, aproximando-se do total de 15% (quinze por cento) do acervo informado no FICOVI. Neste ponto, registra-se que o relatório gerencial emitido pelo SPROC apontou, na data da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambé - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

inspeção, um acervo total de **2.090** (dois mil e noventa) processos, sendo 872 (oitocentos e setenta e dois) cíveis; 1.216 (mil duzentos e dezesseis) criminais, aí incluídos 659 (seiscentos e cinquenta e nove) inquéritos policiais e 95 (noventa e cinco) TCO's; além de 2 (dois) administrativos. Já os dados do SGENC apontavam, em junho de 2014, um acervo total de **1.259** (mil duzentos e cinquenta e nove) feitos, ressalvando-se que, nessa base de dados, não são contabilizados inquéritos e TCO's. **Recomendou-se à Secretaria que atue para extirpar as incoincidências, mantendo vigilância permanente para que haja compatibilidade dos acervos informados nos dois sistemas (SPROC e SGENC), bem assim nas informações estatísticas do CNJ.**

O acervo do Juízo registra elevada quantidade de inquéritos policiais, e de acordo com certidão fornecida pelo Diretor de Secretaria havia, em 5 de agosto de 2014, 565 (quinhentos e sessenta e cinco) inquisitórios com vista ao Promotor de Justiça, em respondência, Afonso Tavares Dantas Neto. A mesma certidão apontou, ainda, que havia 199 (cento e noventa e nove) processos com vista ao referido Representante do MP, além 123 (cento e vinte e três) TCO's e outras 10 (dez) peças inominadas. O procedimento de abertura de vista ocorre mediante envio dos autos à Sala da Promotoria, que funciona no próprio Fórum, com recibo emitido por estagiária. Na data da inspeção, chegou ao mãos do Juiz Corregedor, através da referida estagiária, uma certidão emitida pelo Juízo da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte, na qual o Promotor Afonso Tavares Dantas Neto oficia na qualidade de Titular, a dar conta de que ali haveria, em 5 de agosto de 2014, 5.357 (cinco mil, trezentos e cinquenta e sete) processos em tramitação, dos quais 28 (vinte e oito) estariam com carga ao MP, inexistindo feito com vista ao *parquet*. A referida certidão, segundo a portadora, teria sido enviada pelo Promotor, para fins de ser apresentada durante a inspeção desta CGJ.

Por ocasião do exame dos processos, verificou-se, de modo geral, regular andamento dos feitos, louvando-se os esforços do magistrado atualmente à frente do Juízo e da equipe de servidores.

Trata-se de unidade com acervo razoavelmente recente, todavia ainda conta com pequeno remanescente de processos submetidos à Meta 2 de 2009 e Meta 2 de 2010.

O relatório gerencial do SPROC apontou 1.308 (mil trezentos e oito) feitos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, além de 816 (oitocentos e dezesseis) paralisados há mais de 365 dias e 129 (cento e vinte e nove) há mais de 1.095 (mil e noventa e cinco) dias. O mesmo relatório apontou a existência de 395 (trezentos e noventa e cinco) feitos na fase "concluso ao juiz" (36349), tendo havido



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambeba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

recomendação de que se averiguasse a fidedignidade de tal dado, inclusive confrontando com os dados da última estatística enviada à CGJ, constante do SGEN, que aponta a existência de apenas 35 (trinta e cinco) feitos conclusos com prazos excedidos, aí considerados os foros cível, criminal, da infância e juventude, juizado especial cível e juizado especial criminal.

As ações envolvendo **réus presos** registravam regular tramitação, não se verificando, *a priori*, excesso de prazo por motivos imputáveis ao Juízo, consignando-se, ainda assim, que há acusados recolhidos em estabelecimentos situados em outras Comarcas, ensejando a necessidade de condução para atos instrutórios. Destacou-se, ainda, a situação do Processo nº 4621-97.2012, em que figura como acusado Hugo Gabriel Garcia (preso sob o nome de João Bandeira Pereira), estando o feito em fase de diligências instrutórias requeridas pelo MP. Os autos foram com vista ao MP desde 31 de março de 2014, permanecendo nessa fase desde então, tendo sido requisitados pelo Juiz Corregedor Auxiliar para fins de análise, proferindo-se despacho correcional a ordenar nova conclusão, para o fim de que o MM. Juiz Titular da Comarca promova o competente impulso processual, examinando se a causa exige, de fato, no atual estágio, o oferecimento de promoção ministerial, situação que se entendeu justificada, com maior força, diante do que já narrado acima, acerca do excesso de feitos que aguardam a promoção do Ministério Público, bem assim diante da necessidade de que se priorize o impulso das causas que envolvem réus presos.

Verificou-se que tem havido celeridade na prolação de despachos para cumprimento de **cartas precatórias**, todavia algumas delas aguardavam cumprimento, a cargo da Oficiala de Justiça, há alguns dias, registrando-se que a servidora, única a desempenhar o encargo atualmente, esteve afastada em período recente, em razão de férias e licença. Constatou-se, ainda, que as deprecatas que envolviam a realização de audiências, já contavam com a designação dos atos.

Constatou-se razoável quantidade de **ações de improbidade administrativa**, algumas das quais abrangidas pela Meta 4 de 2014, do Conselho Nacional de Justiça, como ocorreu com os Processos nº 886-81.2009 (concluso para julgamento desde 31 de janeiro de 2014); 888-31.2009; 3379-40.2011; 3306-68.2011; 3625-36.2011; 3656-56.2011, ensejando recomendações específicas quanto à tentativa de que alcancem julgamento até 31 de dezembro de 2014. Destacou-se, ainda, a existência de outros feitos abrangidos pela referida Meta, que se encontram com vista ao MP por prazo dilargado, como ocorre com o Processo nº 3542-54.2010, ação penal por crime de peculato movida contra Raimundo Sampaio Lacerda, com vista para alegações finais desde 18.12.12. Além do Processo nº 3689-46.2011,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

sentenciado, com recurso admitido, aguardando contrarrazões do MP, com vista aberta em 4 de fevereiro de 2014.

Dentre as **ações civis públicas**, destacou-se o Processo nº 296-84.2009, que envolve a pretensão manifestada pelo MP contra o Estado do Ceará quanto à construção de novo prédio para abrigar a Cadeia Pública local, além da Medida Cautelar Incidental nº 3400-50.2010, na qual deferida liminar em 16 de dezembro de 2010 para a interdição do estabelecimento que atualmente abriga os encarcerados, suspensa pelo Presidente do e. TJCE em 9 de março de 2011, nos autos do PSL nº 0001183-81.2011.8.06.0000. Recomendou-se impulso do feito principal e a apreciação do pedido formulado pelo MP nos autos da cautelar, relativo à extinção da causa, uma vez que o objeto já estaria contemplado nos autos da ACP.

O Juízo apresentou regular desempenho da **realização de audiências e prolação de sentenças** nos últimos meses, constando do SGEN que, no primeiro semestre de 2014, foram realizadas 198 (cento e noventa e oito) audiências com a participação de magistrado e proferidas 413 (quatrocentas e treze) sentenças. Houve apresentação da pauta de audiências, verificando-se que há atos marcados até 18 de dezembro de 2014. Detectou-se a atuação de servidor designado para desempenhar a função de conciliador, realizando a condução de audiências cíveis.

Dentre as **ações de competência do Tribunal do Júri**, verificou-se a existência de três feitos preparados para julgamento (Processos nº 3945-86.2011; 3632-28.2011 e 3415-82.2011), cujas sessões foram redesignadas para novembro de 2014. Consignou-se, ainda, que a última sessão ocorreu em 27 de maio de 2014.

Dentre as **execuções penais**, priorizou-se o exame de apenados em regime fechado, constatando-se que em algumas delas não havia sido providenciada a competente certidão de liquidação da pena, como ocorreu com os Processos nºs 126-15.2009 (apenado José Lennon Aguiar de Oliveira, com regressão de regime em 7 de janeiro de 2014) e 615-52.2009 (apenado Ezequiel Macedo dos Santos, com regressão de regime em 20 de março de 2014), tendo havido recomendação de uso da calculadora disponibilizada na página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça.

Durante o dia da inspeção, foi realizada visita à Cadeia Pública, cujos achados serão detalhados no relatório final.

Não se registrou a realização de correição interna em período recente.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso
Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso Conteúdo Sigiloso

Conteúdo Sigiloso Conteúdo

ii) Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: **a)** a unidade está interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); **b)** o Juiz em atividade está cadastrado no sistema Bacenjud, Infojud e Renajud (META 8 de 2009); concluiu capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); **c)** encontra-se implantado, na unidade, o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011); **d)** a unidade faz uso do MALOTE DIGITAL; **e)** foram detectadas ações abrangidas pela Meta 2 de 2009 e Meta 2 de 2010, constando do FICOVI a indicação de 7 (sete) demandas incluídas na primeira proposta, e uma na segunda; além disso, o Juízo conta com ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública ajuizadas antes de 31 de dezembro de 2012 e que devem ser concluídas até 31 de dezembro de 2014 (Meta 4 de 2014); **f)** a Unidade não atingiu a Meta 1 de 2013, no sentido de julgar processos em número maior ao de feitos distribuídos, cabendo ressalva de que o atingimento da meta deve considerar processos efetivamente **julgados** durante o ano e não os que foram **arquivados** (“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013”):

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES									
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	JULGADOS			Total	Julgados %
					Respondend o	Auxiliand o			
2013	1145	924	80.7	349	434	0		783	68.38
	1145	924	80.7	349	434	0		783	68.38

g) quando considerados os seis primeiros meses de 2014 (jan-jun), de acordo com dados extraídos do SGEC, constata-se que a Meta 1 de 2014 está sendo atingida, uma vez que os feitos sentenciados superam os processos distribuídos:

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES									
JULGADOS									



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2014	345	395	114.49	93	317	0	410	118.84
	345	395	114.49	93	317	0	410	118.84

iii) **Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ:** a Unidade tem alimentado os dados no BNMP; houve recomendação para o que previsto no Provimento Nº 09/13 da Corregedoria-Geral da Justiça; iv) **Projeto Pai Presente:** houve recomendação de que fossem incrementados os esforços em relação ao projeto; v) **Conselho da Comunidade:** encontra-se instalado e em funcionamento, tendo havido informação do Diretor da Cadeia Pública quanto à realização de visitas periódicas àquele estabelecimento.

LIVROS: Foram vistoriados os livros obrigatórios, constatando-se que alguns não contavam com a lavratura de termo de abertura, como ocorreu em relação aos tomos destinados ao registro de Sentenças Cíveis (31), Sentenças Criminais (19), Audiências Cíveis, Audiências Criminais, Carga ao Ministério Público (4), Carga aos Advogados (4), Carga ao Defensor Público (1), Protocolo Geral, Entrega/Devolução de Mandados ao Oficial de Justiça, verificando-se, ainda, que vários deles não contavam com as adequadas numeração e rubrica das folhas. O Livro de Termos de Compromisso contava com espaços em branco que não foram adequadamente anulados. O Livro de Carga aos Advogados revelou prazos excedidos, como ocorreu em relação aos Processos nºs 3904-17.2014 e 3909-39.2014, entregues à Advogada Maria Valdilândia Bezerra Viana Albuquerque (OAB/CE nº 9.375), em data de 31 de janeiro de 2014, todavia sem registro de devolução. Houve indicação de que a profissional já teria sido instada pelo Juízo a proceder à devolução, todavia sem sucesso, devendo ser certificada a permanência da mora para a adoção de outras providências. O Livro de Carga ao MP revelou a existência de prazos excedidos, todavia em consulta ao SPROC foi possível perceber que alguns dos feitos já teriam sido devolvidos, todavia sem a competente baixa no livro respectivo, o que deve ser providenciado pela Secretaria, guardando atenção quanto a tal rotina. Não se detectou, quando do exame do Livro de Entrega/Devolução de Mandados à Oficial de Justiça, a existência de prazos de devolução excedidos. Recomendou-se que as sentenças aplicadas no Foro da Justiça da Infância, relativamente a procedimentos de apuração de ato infracional, sejam arquivadas em livro próprio, apartadas das sentenças criminais, como ocorre atualmente.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: sem registros.

BOAS PRÁTICAS: os feitos conclusos estão devidamente separados por data de conclusão, possibilitando a observância de ordem cronológica quanto ao impulso.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambé – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

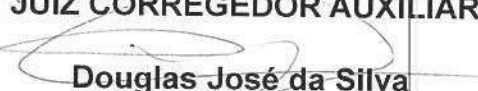
RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras que venham a constar do relatório final, foram formuladas, desde logo, as seguintes recomendações: **a)** as causas vinculadas ao Estatuto do Idoso devem ser adequadamente identificadas e tramitar mediante fluxo diferenciado, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos expedientes; **b)** a Unidade deverá aprimorar a aplicação do MANUAL DE ROTINAS – PROCEDIMENTO CÍVEL ORDINÁRIO, em razão do seu caráter obrigatório, garantindo especial atenção à prática de atos ordinatórios pelo Diretor da Secretaria, o que permitirá maior impulso dos processos; **c)** deve haver especial empenho da Unidade quanto a manter o atingimento da Meta 1 de 2014; **d)** recomenda-se que haja esforço do Juízo quanto ao impulso das ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública, de modo a buscar atingir a Meta 4 de 2014; **e)** a Unidade deve procurar observar a Resolução Nº 165/2012, do CNJ, acerca das guias de execução de medidas sócio-educativas; **f)** os processos despachados durante a inspeção devem ser atualizados no SPROC.

RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações. Não se constatou presença de representantes da OAB, MP e Defensoria Pública durante os trabalhos.

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 17:00 do dia 8 de agosto de 2014, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Juiz Corregedor Auxiliar, pelo Juiz Titular e pela Diretora de Secretaria.


Marcelo Roseno de Oliveira
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR


Douglas José da Silva
JUIZ-SUBSTITUTO


José Gervázio Sampaio
DIRETOR DE SECRETARIA